



Câmara Municipal de Baixo Guandu

RECOMENDAÇÃO N° 001/2018

AUTOR	Controladoria Geral
DESTINATÁRIO	Presidência
ASSUNTO	Servidor Cedido JURANDIR GEOVANI DE SOUZA

I. INTRODUÇÃO

CONSIDERANDO que a missão da Unidade Controladoria Geral do Poder Legislativo Municipal visa assegurar, entre outros pontos, a estrita observância dos princípios norteadores da Administração Pública, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados;

CONSIDERANDO que à Administração Pública cabe obedecer aos princípios da impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, da CF);

CONSIDERANDO o TC-3971/2016 e PARECER/CONSULTA nº 009/2017 (ANEXO) respaldado no entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo TCE-ES que versa sobre o gasto com servidor cedido, bem como a despesa orçamentária realizada pelo órgão cessionário e o câputo das despesas decorrentes com o mesmo.

CONSIDERANDO que se trata de servidor que foi requisitado para prestar serviço nesta Casa de Leis, e que a responsabilidade pelo gasto com pessoal é atribuído ao órgão cessionário.

FOLHA Nº 02
DATA 20/04/18
PROCESSO Nº 237/2018
PROTÓCOLO CMG

Adriana S. Santana de Paula
Adriana S. Santana de Paula
Controladora Geral




Câmara Municipal de Baixo Guandu

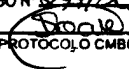
Esta Controladoria **RESOLVE RECOMENDAR**, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Baixo Guandu/ES, que promova a correção na operacionalização dos vencimentos do servidor cedido pelo executivo o Sr. JURANDIR GEOVANI DE SOUZA, que deverá ter todos encargos/obrigações trabalhistas recolhidos e declarados pelo órgão cedente que posteriormente receberá o reembolso do órgão cessionário, a saber, a Câmara Municipal de Baixo Guandu. Tal recomendação se faz necessária e urgente, em cumprimento a orientação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo -TCEES com base no TC-3971/2016 e PARECER/CONSULTA nº009/2017, bem como na Lei Municipal nº 2.929/2017, de 01 de setembro de 2017, que regulamenta a cessão de servidor público municipal.

Ressalta-se, no entanto, que a remuneração, os direitos adquiridos, bem como os correspondentes encargos do servidor integram o somatório das despesas de pessoal do órgão que se responsabilizou pelo ônus da cessão, nos termos ajustado por meio da Portaria nº 476/2017 e também com base nos Art's. 5º e 8º da Lei Municipal nº2.929/2017 (ANEXO), observando o disposto na seção II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Baixo Guandu/ES, 20 de abril de 2018.

À apreciação superior.


ADRIANA SILVA SANTANA DE PAULA
Controladora Geral

FOLHA Nº 03
DATA 20/04/18
PROCESSO Nº 277/2018

PROTÓCOLO CMBG